



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL.

PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO:

**(Portador de doença grave - Lei nº 12.008 de 29 de Julho de
2009- art 1.211 --A CPC)**

FABIO DA SILVA BAIENSE, brasileiro, divorciado, aposentado por invalidez, portador da carteira de identidade n.º: 80-1-03428-1, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o n.º: 441.659.607-30, residente e domiciliado na Rua Nascimento Silva nº 7, apt 707, Ipanema, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 22421-025, telefone: 2522-8946 e 7892-1580 vem, **pelo Núcleo Rocinha da Defensoria Pública do Rio de Janeiro**, propor a presente

**ACÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO LIMINAR
DA TUTELA ESPECÍFICA DA REFERIDA OBRIGAÇÃO**

face ao **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** e ao **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, entes públicos, através de seus I. Procuradores, com endereço na Rua Dom Manuel, n.º 25, Centro, Rio de Janeiro, RJ, e Travessa do Ouvidor, n.º 04, Centro, Rio de Janeiro, RJ, respectivamente, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA :

Inicialmente, afirma, nos termos da lei, que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento e de seus familiares, razão pela

5750193605-24.2012.8.19.0001 Sort 1105121240 FP08 22858



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

qual faz *jus* à **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, nos termos do artigo 4º da lei nº 1.060/50, com as modificações introduzidas pela Lei nº 7.510/86.

II- DOS FATOS:

1) O Requerente é portador de Neoplasia maligna do reto (C.I.D.: C20) e Neoplasia maligna do estômago (C.I.D.: C16), já foi submetido a três cirurgias (em 1999, 2004 e 2009), à radioterapia e quimioterapia, necessitando da utilização contínua dos medicamentos abaixo discriminados, consoante descrito no laudo e receita médica em anexos, para controle clínico da doença:

USO INTERNO CONTINUO:

- IMOSEC 2mg : Tomar 02 comprimidos (3x ao dia)
- PANTOPRAZOL 40mg: Tomar 01 comprimido em jejum
- CITALOPRAM 20mg: Tomar 01 comprimido por dia
- RIVOTRIL 0,5 mg: Tomar 01 comprimido a noite
- VITAMINA C: Tomar 01 comprimido no almoço
- RUBRANOVA 5.000UI : aplicar 01 ampola por mês
- ESTAFAN 1g: Tomar 01 comprimido por dia
- POLISENG : Tomar 01 comprimido ao dia

2) O Requerente, embora necessite dos referidos medicamentos, não tem condições de arcar com as despesas de compra dos mesmos, posto que depende financeiramente da aposentadoria por invalidez do INSS, no valor aproximado de R\$600,00 (seiscentos reais).



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3) É notório que, caso não obtenha o imediato fornecimento dos medicamentos acima descritos, o Requerente pode vir a sofrer graves complicações em seu estado de saúde.

4) Contudo, os réus não têm fornecido os medicamentos imprescindíveis ao restabelecimento e manutenção da saúde do Autor, mediante distribuição gratuita, em contrariedade às regras e princípios constitucionais em relação à ordem social.

III – DO DIREITO À SAÚDE PÚBLICA :

A Constituição de 1988, ao cuidar da ordem social, **assegurou a todos os indivíduos o direito à saúde**, estipulando o correlato dever jurídico do Estado de prestá-la, consoante dispõe o artigo 196 do mencionado Diploma Legal. Trata-se de verdadeira **garantia fundamental** atípica, direito constitucional de segunda geração, eis que impõe ao Estado uma prestação positiva, consistente em um *facere*.

A saúde, muito embora venha assegurada fora do rol exemplificativo do artigo 5º da Constituição Federal, é **garantia de extrema importância, posto que sua pedra angular é o próprio princípio da Dignidade da Pessoa Humana**, o qual não apenas consiste em um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, como consagra expressamente o artigo 1º, inciso III, da Carta Magna, mas também caracteriza o cerne axiológico de todo ordenamento jurídico constitucional.

Com efeito, verifica-se, assim, a manifesta existência de um dever jurídico primário do Estado, a ser cumprido pelos três centros de competência: **a prestação da saúde pública.**



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ressalta-se que o legislador constituinte não se satisfaz com a mera existência deste serviço; ele deve realmente ser prestado, e de **forma eficiente**.

O **Princípio da Eficiência**, incluído no rol dos princípios reitores da Administração Pública pela Emenda Constitucional 19/98, é verdadeiro postulado do Princípio Democrático – Republicano. Se o titular do Poder é o povo e o Estado organizado é mero gestor da coisa pública, as finalidades a que se destina este ente devem efetivamente ser cumpridas sob pena de esvaziar-se a própria razão de ser do Estado, que é a promoção do bem-estar social.

Desta forma não resta dúvida sobre a existência do dever jurídico estatal de prestar serviços de saúde pública à população de **forma rápida e eficiente**.

IV – DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA:

O artigo 273 do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de antecipação liminar dos efeitos da tutela jurisdicional pretendida, desde que verossímeis os fatos alegados, e existente o perigo de ineficácia da medida, ao final.

No caso em tela, verifica-se a reunião dos pressupostos autorizadores da liminar, uma vez que:

-o direito do Autor decorre de fatos comprovados de plano, através dos documentos anexos, consistentes nos atestados e declarações médicas;

-da mesma forma, é inconteste o perigo da demora, uma vez que, a cada dia que passa sem os medicamentos prescritos, piora o estado de saúde do Autor.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

E, por derradeiro, a concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública não é restringida na hipótese em exame, uma vez que, conforme jurisprudência assentada nos Tribunais, a vedação da antecipação da tutela em face da mesma, nos termos da Lei nº 9.494/95, limita-se aos casos enunciados nas Leis nº 4.384/64; 5.021/66 e 8.437/92.

V- DO PEDIDO:

De todo o exposto, se requer :

- a) a concessão da **Gratuidade de Justiça e a observância da prioridade de tramitação processual;**
- b) a **concessão da antecipação da tutela**, intimando-se na ordem, via Oficial de Justiça, o Secretário Municipal de Saúde e o Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro para o fornecimento dos medicamentos acima mencionados, e caso não sejam fornecidos os medicamentos pleiteados, no **prazo de 48 horas**, seja determinado o fornecimento imediato dos mesmos, sob pena de **busca e apreensão e imposição de multa cominatória diária**, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 461, parágrafo 4º do Código de Processo Civil;
- c) a citação, dos réus, para responderem à presente ação, sob pena de revelia;
- d) a intimação do Ministério Público com atribuição para intervir nos autos;
- e) o julgamento pela procedência do pedido, com a condenação dos Réus ao fornecimento dos medicamentos reclamados, **ou outros que o Autor venha a necessitar no curso do tratamento**, na



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

quantidade prescrita, em prestações mensais e contínuas por tempo indeterminado;

f) a condenação, dos Réus, ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 20% em favor CEJUR/ DPRJ, do Banco Bradesco (ag nº 6898-5, conta nº 214-3).

Protesta-se pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito, que desde já ficam requeridos.

Concede-se à causa o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) .

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2012 .

FABIO DA SILVA BAIENSE

Montenegro
Monica A. Montenegro Duarte
Defensora Pública
Mat.: 812285-5